

Ser mulher no Brasil

Desenvolvimento e Desigualdades de Gênero

Introdução: Mulheres no Desenvolvimento – Visibilidade às Aversas

O debate sobre gênero e desenvolvimento, assim como seu impacto no Brasil, tem sua história dentro das instituições financeiras multilaterais, em especial o Banco Mundial, a partir de 1994, por ocasião do que foi chamado pelos organismos das Nações Unidas de Década da Mulher. Naquela ocasião, o banco trabalhava com o tema Mulheres e Desenvolvimento. Dois anos depois, a instituição redefine o lugar e a concepção que passaria a orientar o debate sobre o tema, dando-lhe uma nova definição: Gênero e Desenvolvimento.

Nos programas do Banco Mundial de apoio à mulher, a noção de direitos é substituída por uma visão de mercado na qual o objetivo passa a ser maximizar a atividade econômica delas. Tal perspectiva denota o não reconhecimento do Banco de que as mulheres são sujeitos de direitos. Ao analisar ao longo do tempo as políticas para as mulheres nas quais o banco investe, vê-se que ele retira a mulher do lugar de grupo vulnerável – e, portanto, somente receptora dos investimentos - para dar-lhe o *status* de contribuinte em função de sua maior “*eficiência*” na promoção do crescimento econômico, ou seja, as potencialidades das mulheres passam a ser usadas com fins de lucro. Tanto é que durante reunião anual do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) em Washington, no mês de setembro de 2011, em entrevista coletiva sobre o relatório da instituição “Igualdade de Gênero e Desenvolvimento”, o presidente do Grupo Banco Mundial, Robert Zoellick, afirmou que “igualdade de gênero é economicamente inteligente” e que “as mulheres são o próximo grande mercado emergente”. Aqui mesmo, poucos meses depois, durante o lançamento do relatório no Brasil, o vice-presidente do Banco Mundial Otaviano Canuto, ressaltou este mesmo posicionamento afirmando que “manter as desigualdades é uma burrice econômica”.

Pioneiro na produção do conhecimento e da pesquisa sobre as questões de gênero, o Banco Mundial traz reflexões, concepções e conceitos que servem de base para outras instituições multilaterais, seja do próprio Grupo Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ou de organismos do sistema ONU. Além disso, essa visão da mulher e das relações de gênero do Banco Mundial passa a integrar as políticas dos países demandantes de empréstimos e é fortalecida em tais iniciativas. Vale ressaltar que embora seu papel no Brasil esteja hoje mais voltado para a assistência técnica do que financiamento direto a

projetos, o Banco continua influenciando os arcabouços jurídico-institucionais do país, agora priorizando governos estaduais e municipais como seus “clientes”. O documento Estratégia de Parceria com o Brasil 2008-2011 deixa claro: “o Banco fornecerá menos financiamentos e mais serviços de conhecimento ao Governo Federal”. E gênero é um desses serviços.

A consequência desse (des)serviço se reflete de diversos modos: invisibilizadas pelo discurso dominante de que a esfera do privado, o mundo doméstico, é o seu verdadeiro universo, as mulheres vêm se deparando com novas interferências em seus modos de ser e de viver. Cotidianamente alimentadas pelas práticas da concepção neoliberal do modelo de desenvolvimento acima mencionado, as mulheres, em especial negras e indígenas, são vistas como meros objetos sexuais (para uso e abuso local, ou para exportação - via tráfico), bem como mão de obra barata, principalmente no trabalho doméstico. Dentro desse modelo, novas formas de exploração e dominação se reorganizam na lógica do capital. Isso nos parece ser fundamental para entender que, mesmo com os avanços ano a ano da luta das mulheres por acesso a direitos garantidos pela lei e pela conquista de novos, a disputa com o capital é desigual, uma vez que este tem mais força e poder de alterar a realidade.

A institucionalização da questão de gênero por parte do Estado, aparentemente representando progresso em termos de políticas, leis e participação em espaços de poder, não tem atingido essa lógica fundante de exploração e dominação. A privatização dos direitos resultante disso não só insere as mulheres num modelo de desenvolvimento desigual e injusto por si só, como aumenta sua carga de trabalho, responsabilização e a invisibilidade. A priorização de um modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio, que eleva os níveis de concentração de terra e renda, com as grandes propriedades aumentando em tamanho e as pequenas sendo divididas em terrenos cada vez menores, afeta as mulheres de forma desigual. Continua a saída das pessoas do campo - tanto em função das calamidades periódicas como do encanto pelas aparentes facilidades do viver nas cidades - para a sombra dos viadutos das médias cidades. Pesquisa-se quem saiu do campo, mas se investiga pouco quem fica: as viúvas das secas, das enchentes, as chefes de família. Se por um lado são negligenciadas, por outro são utilizadas, consideradas as melhores gestoras da pobreza. O programa brasileiro de transferência de renda, Bolsa Família, demonstra bem os efeitos dessa perspectiva. Como se não bastasse, o “desenvolvimento” brasileiro baseado nos megaprojetos - nas áreas de turismo, energia e megaeventos, por exemplo - aprofunda os impactos sobre o trabalho, a sexualidade e a forma de viver das mulheres.

Este artigo tratará de cada uma dessas questões, finalizando com algumas considerações sobre a importância da luta das mulheres contra este modelo de desenvolvimento na busca pela visibilização e valorização daquilo que é, e não daquilo que não é.

Apesar das conquistas, os desafios ainda são muitos

A agenda da Marcha das Margaridas, maior marcha nacional de trabalhadoras rurais brasileiras - apresentada à presidenta Dilma no recente 8 de março de 2011 - e as respostas dadas aos movimentos confirmam as afirmações sobre as desigualdades vividas pelas mulheres. O não reconhecimento das trabalhadoras rurais como sujeito de direitos ainda é grande. Além disso, a orientação da política do país no plano estratégico ainda está descolada da realidade das mulheres e de suas verdadeiras necessidades, malgrado que algumas demandas históricas estejam sendo atendidas no nível das políticas setoriais. Desse modo, ganhos parciais na agenda dos movimentos, mesmo que desprovidos das condições que favoreçam sua efetividade, já são comemorados, como demonstra o rol de conquistas no documento de apresentação da Marcha das Margaridas. A distância entre os eixos da Plataforma das Mulheres¹ no mesmo documento e as conquistas relatadas é abissal. Ressalte-se que mesmo as conquistas, em sua maioria, carecem de condições objetivas, em especial dotação orçamentária e pessoal qualificado para que sejam realizadas. O fato de o país ter hoje uma mulher na Presidência da República e algumas mulheres com cargos de ministras não abafa as contradições e recuos no âmbito do governo, do ponto de vista da luta feminista e antirracista.

Os dados descritos no Anuário das Mulheres Brasileiras – 2011, realizado pela Secretaria de Políticas para Mulheres do Governo Federal e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), referentes ao período 2007-2010, trazem um panorama que explica a distância entre o desejável e o real. Em 2010, tem-se apenas 14,8% de mulheres com cargos de ministra em comparação a 85,2% de homens; 14,8% de mulheres eleitas para o Senado Federal e 85,2% de homens; na Câmara dos Deputados são 8,8% de mulheres e 91,2% de homens.

Vale salientar que, além do fato de as Casas Legislativas serem extremamente refratárias a projetos de lei voltados para a superação das causas estruturais das desigualdades de gênero, outro entrave é o contingenciamento de recursos orçamentários para políticas de igualdade, ditado pela política econômica do governo. No estado do Ceará, por exemplo, a capital Fortaleza, quinta cidade mais populosa do Brasil, possui apenas sete Delegacias da Mulher e dois Juizados Especiais. A Constituição cearense determina que municípios a partir de 60 mil habitantes tenham Delegacias da Mulher. Para este ano, as previsões em termos de garantias de políticas para as mulheres não são nada alvissareiras. Basta ver, por exemplo, que o governo brasileiro fez um corte brusco em 2012 nos Programas de Enfrentamento à Violência e de Direitos das Mulheres: de R\$ 118.537.142,00 em 2011 baixou para R\$ 62.674.625,00 este ano. Ainda comparando com 2011, foram

1 Eixos: Biodiversidade e Democratização dos Recursos naturais; Terra, Água e Agroecologia; Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; Autonomia Econômica, Trabalho, Emprego e Renda; Saúde Pública e Direitos Reprodutivos; Educação Não -Sexista; Sexualidade e Violência; Democracia, Poder e Participação Política.

reduzidos em 31,3% os recursos para a Secretaria de Políticas para as Mulheres e em 67% para a Secretaria de Políticas para a Igualdade Racial.

Embora esteja em vigor no Brasil desde 2006, uma lei voltada para o enfrentamento da violência contra as mulheres – a *Lei Maria da Penha* (assim chamada em homenagem a Maria da Penha, sobrevivente de espancamentos e tentativas de homicídio por parte do marido que acabou deixando-a paraplégica), o país continua com índices aviltantes de violência contra a mulher. O *Ligue 180* (serviço nacional para ajuda e orientação a mulheres que sofrem violência) recebeu em 2011 mais de 667 mil chamadas, cerca de 1,8 mil por dia. Destas, quase 46 mil foram relatos de violência física. A Lei Maria da Penha, apesar de avançada, por si só, não é capaz de pôr termo às violações ao direito das mulheres à liberdade e à livre escolha. Primeiro, porque os mecanismos sobre os quais ela está assentada se mantêm imutáveis: o patriarcado - gênese explicativa da condição e posição das mulheres na sociedade -, o machismo, o patrimonialismo e o racismo. Segundo, porque na prática os equipamentos de proteção à mulher existentes nos estados, estão aquém do que a lei determina, ou seja, a rede de proteção às mulheres que sofrem violência é mínima e pouco eficaz. Isso significa: poucas casas de abrigo, poucas delegacias especializadas, poucos juizados especiais e baixo nível de qualificação dos profissionais que atuam na rede de proteção contra a violência, se compararmos com a demanda diária das mulheres por proteção do Estado. Com quase cinco anos de existência, a plena aplicação da lei continua sendo um desafio para as mulheres.

A invisibilização do trabalho

A privatização de serviços básicos e a não responsabilização dos governos estaduais e municipais se reflete no aumento da carga de trabalho não remunerado das mulheres. São elas as cuidadoras das pessoas doentes na família, na falta de hospitais; as que tomam conta das crianças quando fecham as creches ou se reduzem vagas nas escolas; e as que garantem o abastecimento de água quando o Estado não comparece. São elas que também prestam assistência gratuita à comunidade, fazendo trabalho voluntário para compensar a ausência de serviços públicos. Redução de custos e cortes nos gastos sociais - prática recorrente nas esferas de governo - significam, na verdade, transferência de encargos da esfera econômica remunerada para a não remunerada.

O projeto do governo federal de transposição das águas do rio São Francisco, considerada a maior obra de engenharia já proposta para o país, previsto para beneficiar 12 milhões de famílias pobres do Nordeste brasileiro e resolver o problema de abastecimento de água na região, é um exemplo concreto de uso do recurso público para atender às necessidades do hidro e agronegócio no lugar dos direitos sociais, aumentando assim a carga de trabalho das mulheres. Estudiosos do projeto afirmam que este atingirá apenas 5% do território semiárido brasileiro e 0,3% da população. O caminho das águas está previsto para irrigar 70% das áreas onde se concentra o agronegócio para exportação, além da produção de camarão

em cativeiro. Desse modo, não ficarão resolvidos os problemas para as mulheres decorrentes da escassez de água, pois continuarão dependentes da água dos carros-pipa (caminhão carregado de água levado pelo Exército ou particulares) e das latas d'água na cabeça trazidas de longas distâncias para abastecer suas famílias.

Em que pese a importância econômica da sua atividade, as mulheres são vistas, mas não seus trabalhos - embora estejam presentes em toda a cadeia produtiva. Isso é uma realidade mesmo sabendo-se que, além do produtivo, é o trabalho reprodutivo que garante a viabilidade das tarefas realizadas na agricultura familiar. Ademais, sem esse reconhecimento, seja pelo Estado, pela sociedade ou mesmo pelo conjunto da família, a conquista de direitos de cidadã fica muito mais difícil para agricultoras familiares, dado os impedimentos históricos: dificuldades de acesso ao crédito e a tecnologias; enfrentamento de uma cultura machista e racista; precariedade e/ou ausência de políticas sociais relativas à saúde do corpo, à água, ao saneamento, à educação, à habitação e lazer; e à violência sexista que se nutre de normas sociais baseadas nas desigualdades de gênero, raça, etnia, opção sexual e condições de classe.

O campo como lugar de reprodução do capital

No semiárido nordestino, a problemática se aprofunda. A prioridade da produção para exportação, além do elevado consumo de agrotóxicos e a entrada dos transgênicos no Brasil, colocam as agricultoras (e agricultores) familiares diante de um embate injusto e desigual com as grandes empresas, dadas as diferentes condições em termos de recursos e assistência prestada pelo governo. A indústria química, com o desenvolvimento de pesticidas e herbicidas altamente letais, passa a definir a produção agrícola, causando prejuízos especialmente às mulheres e suas formas de convivência no semiárido. Isso ocorre principalmente no contexto da agricultura familiar. Nele, elas se deparam com relações desiguais de poder em função da divisão sexual do trabalho na casa e na roça, além da responsabilização na hora do preparo e consumo do alimento contaminado, tendo em vista assumirem as tarefas reprodutivas no âmbito da família.

Pesquisa lançada em 2011 pela professora Raquel Rigotto, médica pesquisadora da Universidade Federal do Ceará (UFC) sobre populações expostas ao uso de agrotóxicos na região do baixo Jaguaribe no Ceará, constatou que o contato direto com agrotóxicos e o uso de alimentos contaminados têm provocado, no caso das mulheres, má formação do feto, abortos, câncer, doenças nervosas, depressão e vários tipos de intoxicação aguda. Naquela região, a empresa norte-americana Del Monte Fresh Produce, maior produtora de frutas do mundo, cultiva abacaxi ao redor dos locais de moradia das famílias. Todas as noites, 82 mil litros de agrotóxicos são jogados sobre 1,3 mil hectares desses cultivos. A pesquisa apontou que 53% da população da região já possui marcas da exposição diária ao agrotóxico.

Mesmo que as consequências da escolha do tipo de agricultura priorizado recaiam de modo mais pesado sobre as mulheres, a elas não é possibilitada a participação nos processos decisórios nos quais as políticas para o campo são

pensadas e definidas. Ao longo do tempo, as mulheres descobriram e entenderam o processo de desenvolvimento da semente, da planta e dos frutos; aprenderam a manipular as ervas como remédio e as sementes como alimento, produção e reprodução; criaram suas ferramentas para o trabalho; desenvolveram a ornamentação da casa; e fizeram roupas. No entanto, as mulheres rurais também não foram escutadas quando da introdução dos organismos transgênicos no país, por exemplo. A existência de um sistema de saúde precário, a desinformação e a imposição do mercado para a compra de sementes contaminadas têm tornado as mulheres cobaias involuntárias desses experimentos.

Neste contexto, são as mulheres rurais as mais pobres dentre os pobres no Brasil. Gênero e empobrecimento passam a ser faces da mesma moeda. Essa simbiose tem contribuído para que elas sejam referenciadas como garantidoras da sobrevivência às crises econômicas, sendo consideradas as melhores gestoras da pobreza, pelos financiadores do desenvolvimento e seus implementadores.

Gestoras da pobreza: o caso do Bolsa Família

É sabido que as diferentes formas de exploração das mulheres acontecem na economia local e na divisão social e sexual do trabalho. Também ocorrem por questões de gênero, pela apropriação do seu trabalho e do seu corpo, e pelo sistema do capital, em especial, nas políticas de financiamento. Em situações-limite, como na seca ou em catástrofes, o rigor da divisão sexual do trabalho é relaxado, havendo um reconhecimento do trabalho produtivo da mulher. Resolvido o problema, a condição de opressão prevalece, ou seja, tudo volta a ser como antes: a ordem não é rompida, mas adaptada a uma circunstância da natureza. O que não é ameaçado, em nenhuma situação, é o patriarcado, que contribui historicamente para invisibilizá-las, reforçando a dominação-exploração do modelo neoliberal sobre as mulheres.

Existe um lugar onde o modelo de desenvolvimento dá um tratamento específico às mulheres: as políticas compensatórias. Dentre elas, cabe destacar aquele que parece continuar sendo a vitrine do governo federal: o programa Bolsa Família, criado pelo presidente Lula em 2003, com interveniência técnica e financeira do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Tendo como estratégia a transferência direta de renda, com condicionalidades, para a redução da pobreza e da desigualdade, o Bolsa Família é voltado para um segmento da população considerado abaixo da linha da pobreza. No Brasil, segundo o Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, com 5,25% da população vivendo em situação de extrema pobreza, até janeiro de 2012 havia 13.330.714 famílias atendidas pelo programa, recebendo benefícios que variam de R\$ 32 a R\$ 306.

No entanto, na avaliação de pesquisadores de políticas públicas e exclusão social, apesar de as pesquisas apontarem a inclusão das famílias em processos econômicos de produção e de consumo através do programa, tal inserção é precária, servindo para manter a pobreza sob um nível suportável, tratando-se na verdade de reprodução e controle sobre tal problema. A pobreza deixa de ser

enfocada como questão econômica e passa a ser tratada apenas como social, ou seja, os pobres não deram nem vão dar certo no atual modelo econômico. Tendo como referência a mesma concepção de pobreza que orienta as políticas do Banco Mundial, é descartada a possibilidade de alterar a relação entre pobreza e riqueza, entre níveis de produção e consumo, entre homens e mulheres, fatores que realmente definem o padrão de desenvolvimento de um país. Repete-se no programa a prática naturalizada de atribuir às mulheres toda a responsabilidade pelo alívio da pobreza, mas não por sua superação. No Ceará, são beneficiadas 1.074.356 famílias e a responsabilidade legal recai sobre as mulheres (92,5%).

As responsabilidades têm representado, na maioria dos casos, uma sobrecarga de trabalho imposta às mulheres, incluindo a responsabilidade pelo bom desempenho dos filhos e das filhas na escola. O empoderamento das mulheres previsto no programa não tem modificado as relações de poder dentro de casa e na sociedade. Pelo contrário, retira a responsabilidade do homem. Além disso, o programa não inclui políticas ligadas à inserção das mulheres no mercado formal e qualificado. A mulher fica limitada a buscar atividade precária fora de casa que possa conciliar com o trabalho de cuidados.

Por aí, passa também uma intencionalidade na fragmentação de grupos sociais que, com necessidades similares, poderiam se fortalecer na luta por direitos na comunidade. Ao contrário, o programa favorece a ruptura de laços de amizade e solidariedade entre as pessoas.

Vale salientar que a obrigatoriedade da frequência escolar das crianças como condição para que a família tenha acesso ao programa não significa necessariamente investimentos na melhoria da infraestrutura das escolas ou da qualidade do ensino. Em 2011, apenas 2,99% do orçamento do governo federal foi utilizado para educação, em comparação com 45,5% para gastos com a dívida. Assim sendo, relatório da Unesco de 2011 revelou, dentre outros dados, que o Brasil tem uma das **maiores taxas de repetência da América Latina no primeiro grau (24,5%)**. O número é resultado do mau desempenho e do abandono escolar.

Frente a essas considerações sobre o Bolsa Família e a vida das mulheres, há que se indagar: receber recursos do programa as empodera realmente? O fato de terem um recurso em seu nome determina que elas irão decidir sobre o destino do dinheiro ou desenvolver livremente seu potencial social, político e econômico? O fato de o recurso estar condicionado à presença das crianças na escola não reforça a responsabilização das mulheres pelo cuidado? Ao que tudo indica, longe de contribuir para um salto na superação das desigualdades, o Bolsa Família, modelo para vários países em desenvolvimento, alivia a pobreza mantendo as desigualdades de gênero e, conseqüentemente, não contribuindo para o desenvolvimento do país.

Os grandes empreendimentos e a vida das mulheres

Apesar da necessidade premente de enfrentar as desigualdades vividas pelas mulheres no campo, recursos públicos têm sido orientados para grandes empreendimentos, que tendem a provocar cada vez mais conflitos pela terra e pela água.

Megaprojetos agrícolas, pecuários, de mineração e de infraestrutura são viabilizados pelos governos federal e estaduais, com contrapartidas públicas e parcerias privadas, sem quaisquer resguardos sociais e ambientais. Como os lugares escolhidos pelo setor privado para viabilizar as promessas dos governantes são áreas em que estão dunas móveis, terras indígenas, lagoas, manguezais e sítios arqueológicos, muitos desses empreendimentos geram conflitos ambientais, sendo contestados inclusive judicialmente pelas populações afetadas. Dessa forma, vão se mantendo intocadas, inalteradas todas as estruturas que, além de sustentarem o modelo, possuem um peso diferenciado sobre a vida das mulheres: a concentração fundiária e, portanto, os conflitos pela terra, que geralmente têm as mulheres na linha de frente, como escudos na defesa da família e de seus pertences.

Complexos energéticos, siderúrgicos e aquaviários, resorts, centros de feiras e negócios - equipamentos voltados para o mercado externo, e não para beneficiar e promover qualidade de vida para a maioria da população - estão deixando rastros ambientais e sociais profundos, mais visíveis ainda na vida das mulheres que vivem nas regiões Nordeste e Norte. Os principais impactos para as elas estão na esfera do trabalho, na relação com as empresas, na convivência comunitária e familiar, no acesso a serviços públicos e na sexualidade.

Os projetos na área de turismo, além de promoverem a ocupação desrespeitosa de áreas comunitárias, carecem de participação, planejamento integrado e estudos de impacto em todas as suas dimensões. Nas áreas litorâneas, seus promotores, além de imporem outra cultura e modos de vida, tomam espaços de moradia da população local, afetam atividades pesqueiras e desestruturam pequenos negócios ou se apropriam deles à custa da superexploração (como no caso do artesanato prodizado pelas mulheres). Somado a isso, áreas de praia são privatizadas, inaugurando-se ainda uma reestratificação da comunidade por meio da entrada de novos sujeitos sociais com seus modos de vida. Para incentivar esse turismo predador, a imagem das mulheres é utilizada como recurso propagandístico, tanto para promover o desenvolvimento da atividade como para atrair turistas em busca de prazeres sexuais. Mulheres para prostituição e tráfico passam a ser “presa fácil” nessas áreas. É o que vem ocorrendo no caso do Prodetur-Nordeste, financiado pelo BID desde 1991 para governos que diziam defender a dinamização da economia da zona costeira nordestina através do reforço do seu potencial turístico. Nesse tipo de projeto, a atividade produtiva da pesca é a primeira a ser prejudicada. Pescadores/as são forçados/as a deixar a praia, indo ocupar a periferia das localidades costeiras, onde geralmente inexistem infraestruturas e equipamentos sociais. Essa situação aflige homens e mulheres, mas é vivenciada mais intensamente por elas por conta da vinculação às atividades reprodutivas. Estudos realizados em áreas de execução do Prodetur indicam que a degradação da qualidade de vida tem resultado no aumento do consumo de álcool e outras drogas, prostituição e violência doméstica. A ruptura com os laços de sociabilidade e a destruição ambiental têm servido de base estruturante não só para os programas na área de turismo, mas para o atual modelo de desenvolvimento.

A construção de hidrelétricas no país - que em geral resulta na destruição de cidades - tem sido um dos principais fatores de perda das condições de trabalho e sobrevivência das mulheres. Quando ocorrem remoções forçadas, o trabalho não é facilmente reestruturável em outras áreas. Outro elemento de forte impacto na vida das mulheres, quando se trata de grandes empreendimentos, é o tratamento dado à sexualidade. A Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Dhesca), através da Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente, em relatório lançado em maio de 2011, constatou a existência de uma indústria da prostituição na construção de hidrelétricas na região Norte, em estreita ligação com as empresas construtoras. Essa situação se complexifica ainda mais em razão da concentração de riqueza que convive com bolsões de pobreza nas duas regiões.

A Copa do Mundo de futebol que acontecerá em 2014 no Brasil, em cidades localizadas majoritariamente em regiões litorâneas, já dá sinais concretos de que serão inúmeras as violações aos direitos das mulheres. Estima-se que o evento deverá trazer 600 mil turistas estrangeiros e milhões de brasileiros para o país. Isso preocupa as organizações que atuam na defesa dos direitos da infância porque o incremento do trabalho infantil e da exploração sexual representa um risco maior para as mulheres em situação de vulnerabilidade social, em especial crianças. Nas 12 cidades-sedes (Fortaleza, Belo Horizonte, Natal, Salvador, Manaus, Brasília, Porto Alegre, Cuiabá, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Curitiba), as remoções de cerca de 150 mil famílias, que vivem em áreas nas quais serão realizadas obras para o evento, trarão como consequências: perda e/ou aumento da carga de trabalho para as mulheres das áreas periféricas; novos encargos com relação aos filhos e pessoas idosas na família; perda das sociabilidades que se estabeleciam em seus lugares de moradia; e, principalmente, aumento da exploração sexual infantil e arregimentação de mulheres, seduzidas pelo dinheiro e por possibilidades futuras, para atender sexualmente aos turistas. No caso de Natal, Recife, Salvador e Manaus, já conhecidas internacionalmente como rota do tráfico de mulheres e como lugares de maior incidência da exploração sexual, esses fatos tendem a se agravar com o aumento do tráfico humano para o turismo sexual, tal como ocorreu na África do Sul durante a Copa.

A exploração sexual é ainda reforçada pela forma de atuação da mídia na divulgação da Copa. Na divulgação dos jogos, os meios de comunicação utilizam atributos relacionados ao Brasil, visto mundialmente como o país do carnaval, do futebol e das mulheres como objeto sexual. Para se ter uma idéia, no dia 9 de março de 2012, o Ministério Público de Mato Grosso, cuja capital Cuiabá será uma das sedes da Copa, iniciou investigações em uma agência de modelos sob suspeita de prostituição e exploração sexual. O grupo “Garota Copa Pantanal 2014” divulga na internet vídeos e fotos de garotas entre 14 e 17 anos, em posições sensuais, com camisetas alusivas à Copa. Em vídeo de três minutos postado em abril de 2011, que mostra uma adolescente de 14 anos de biquíni, uma mensagem sugere que a Garota Copa Pantanal pode fazer viagens internacionais.

A luta pelo direito a ser sujeito do desenvolvimento

Inúmeros são os fatos que revelam a distância entre a igualdade de gênero e o desenvolvimento em curso no país: desigualdade de remuneração por trabalho igual; sobrecarga de trabalho das mulheres na tentativa de harmonizar a vida pública com a doméstica; aumento da participação nos espaços de poder, mas sem real reconhecimento por parte dos homens; fortalecimento da divisão sexual do trabalho; a sindicalização canalizada apenas para dar acesso aos direitos previdenciários e de seguridade, e não para efetivar a participação política.

Enfrentar essas questões de modo a superá-las pressupõe que o governo brasileiro assuma que o abandono em relação aos direitos fundamentais das mulheres - e tudo que daí decorre - constitui, de fato, um problema que impacta no desenvolvimento. Também exige que ele reconheça esse abandono como resultado da injustiça e da violação dos direitos humanos das mulheres e, portanto, saídas para tal problema não podem ser postergadas. No entanto, não é isso que vem ocorrendo.

Assim sendo, o movimento de mulheres vem construindo suas referências no campo da macroeconomia para lidar com o desafio de impedir que as políticas de desenvolvimento continuem restringindo o lugar das mulheres, bem como reforçando as diferenças de sexo e as desigualdades de gênero. Caso contrário, as demandas das mulheres vão continuar sendo desconsideradas ou consideradas marginalmente. Na verdade, faz falta uma “teoria da opressão das mulheres” que dê conta dessa teia de relações em que está envolvida a questão de gênero, projetando-a em uma perspectiva feminista. Enquanto se segue nessa perspectiva, estratégica na vida das mulheres, não se pode deixar de lado o urgente, ou seja, os enfrentamentos diários que permitem recuperar o descompasso histórico da inclusão de suas questões no debate sobre o desenvolvimento, superando as desigualdades de gênero. Assim é que desde a década de 1990, as maiores manifestações de rua por direitos no Brasil têm sido lideradas pelos movimentos de mulheres, com uma agenda que articula o específico com o geral, o urgente com o estratégico.

No dia 8 de março de 2006, duas mil mulheres da Via Campesina² ocuparam o horto florestal da Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro (RS), para denunciar as consequências sociais e ambientais do avanço do deserto verde criado pelo monocultivo de eucalipto. Naquela cidade, encontrava-se a principal unidade de produção de mudas de eucalipto e pinus, além de um laboratório de clonagem de mudas, todos da Aracruz. A Via pretendia tornar conhecida a ação predatória de três grandes empresas: Votorantim, o quarto maior conglomerado industrial privado do país; Stora Enzo, empresa sueco-finlandesa, maior produtora de papel do mundo; e Aracruz, brasileira, produtora mundial de celulose branqueada de eucalipto. Nessa unidade de produção, elas contaminavam o ar, a água e

2 A Via Campesina é uma organização internacional representada no Brasil pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

a saúde humana. Mesmo com a abordagem negativa da mídia, perseguição e criminalização das mulheres que estiveram à frente da ação, o fato foi um divisor de águas para o movimento ambientalista. As mulheres conseguiram levar o problema para a população brasileira e dar dimensão internacional ao debate sobre os impactos do monocultivo do pinus e eucalipto. Além do mais, provocou um posicionamento crítico por parte das organizações de defesa do meio ambiente em relação àquelas empresas, contribuindo para que movimentos sociais e ambientalistas se unissem em torno da questão.

No início de março de 2012, as Mulheres Sem-Terra, articuladas na Via Campesina, foram às ruas em todo o país cobrar da presidenta Dilma o veto às alterações propostas ao Código Florestal. Também são as trabalhadoras rurais que a cada ano, às vésperas do Dia Internacional da Mulher, em sua Jornada Nacional de Lutas contra o Agronegócio e por Soberania Ambiental, mobilizada em 11 estados, ocupam as sedes de órgãos públicos no país, cobrando a realização da reforma agrária, o combate a qualquer tipo de violência contra as mulheres e crianças do campo e cidade, a agilidade nas licenças ambientais para consolidação de assentamentos e a recuperação de passivos ambientais herdados do agronegócio. Em abril, 150 mulheres realizaram mais um protesto contra a usina de Belo Monte, no Pará. Organizadas em 11 municípios da região, as mulheres do Xingu vêm fazendo uma forte oposição ao consórcio responsável pela obra.

A Marcha Mundial de Mulheres contra a Pobreza e a Violência Sexista, uma ação internacional que organiza manifestações em diferentes partes do mundo, tem sido o que há de mais expressivo na luta contra a pobreza. A Jornada Mundial pela Soberania Alimentar foi organizada como acúmulo de suas lutas por soberania alimentar, com atividades de formação e ações diretas para pressionar as empresas que atuam no ramo dos alimentos. Por outro lado, o trabalho de incidência no Congresso Nacional, feito por organizações feministas, impediu que iniciativas de projetos de lei que retiram ou contrariam os direitos das mulheres se tornassem leis. A articulação entre as mulheres rurais e organizações da sociedade civil já conquistou algumas políticas para o campo que favorecem o reconhecimento do trabalho produtivo delas. Elas têm clareza de que sua inserção na produção e o acesso a direitos dependem da reversão da concentração fundiária historicamente mantida pelas elites do país, cabendo-lhes, portanto, atuar em diversas frentes e articular diferentes parcerias.

Diante da situação das mulheres hoje, a questão que se coloca especialmente para os movimentos de mulheres é: onde, em que lugar se instaura o conflito? Qual é o limite do desassossego das mulheres na luta por justiça de gênero? A frente de luta pela via das institucionalidades organiza e fortalece os acúmulos ou os desorganiza? Qual a agenda necessária para que se tenha um país desenvolvido de modo justo e igualitário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agrocombustíveis: armadilha para as mulheres?. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: < http://www.equit.org.br/docs/publicacoes/livros/Publicacao%20agrocombust%EDveis_final.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2012.
- Ajuste Estrutural, Pobreza e Desigualdades de gênero - 2ª edição. Recife, 2003. Disponível em: < <http://www.cfemea.org.br/images/stories/pdf/ajusteestrutural2edicao.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2012.
- Anuário das Mulheres Brasil. Governo Federal, DIEESE, 2011. Disponível em: < <http://www.dieese.org.br/anu/anuarioMulheresBrasileiras2011.pdf>>. Acesso em: 15 abr.
- Associação dos Servidores Do Inkra-Assincra Mulheres da Via Campesina ocupam Inkra. Assincra, 03 mar. 2011. Disponível em: <http://assincrasp.wordpress.com/2011/03/03/mulheres-da-via-campesina-ocupam-inkra/>. Acesso em: 10 abr. 2012./03/2011.
- CARNEIRO, Fernando; ALMEIDA, Vicente E. S. **Brasil é o país que mais usa agrotóxicos no mundo**. Agrosoft, 01 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.agrosoft.org.br/agropag/214789.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2012.
- Estratégia Parceira Brasil 2008-2011. Disponível em: <http://web.worldbank.org>. Acesso em: 01 mai. 2008.
- Manifesto: Mulheres na luta contra a transposição das águas do rio São Francisco. Fortaleza, 2007. Disponível em: <http://sispub.oktiva.com.br/oktiva.net/1320/nota/45083>. Acesso em: 20 mai. 2007.
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Mulheres da Via Campesina realizam ocupações em Maceió e Recife. Brasil de Fato, 08 mar. 2012. Disponível em: < <http://www.brasildefato.com.br/node/8997>>. Acesso em: 10 abr. 2012.
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Mulheres da Via Campesina ocupam Fazenda da Aracruz. Portal MST. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/node/691>>. Acesso em: 10 abr. 2012.
- NEVES, Maria. Igualdade de gênero traz crescimento econômico, diz Banco Mundial. Agência Câmara de Notícias, 07 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.generoracaetnia.org.br/pt/noticias/item/736-7/3/12-igualdade-de-g%C3%AAnero-traz-crescimento-econ%C3%B4mico-diz-banco-mundial.html>>. Acesso em: 15 mar. 2012.
- PPA 2012 - Avanços e Retrocessos no enfrentamento das desigualdades vividas pelas mulheres. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2861&Itemid=136. Acesso em: 10 abr. 2012.
- Pulsar Brasil, Agência Informativa de Rádios Comunitárias. Encontro de Mulheres protesta contra Belo Monte. Pulsar Brasil, 17 set. 2010. Disponível em: <<http://www.brasil.agenciapulsar.org/nota.php?id=6723>>. Acesso em: 10 abr. 2012.
- SAID, Magnólia. FMI, Banco Mundial e BID – impactos sobre a vida das populações. Fortaleza, 2008. ----- Transposição do Rio São Francisco – a outra margem da história. Fortaleza, 2009.